



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Relatório de Acessibilidade TSE Ano-base 2024

Trata-se de relatório ano-base 2024 acerca das ações desenvolvidas para a promoção da acessibilidade e inclusão no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A Secretaria de Modernização, Gestão Estratégica e Socioambiental (SMG), por meio da Seção de Gestão Socioambiental (Segesa/Cogeso/SMG), é responsável pela gestão da acessibilidade. Seguem as principais atividades de gestão da acessibilidade realizadas na Segesa, na Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI), bem como ações das demais unidades orgânicas para a promoção da acessibilidade e inclusão no Órgão.

I. Elaboração da política de acessibilidade (SEI 2022.00.000013280-8)

Foi instituído na Justiça Eleitoral, por meio da Resolução-TSE nº 23.381/2012, o Programa de Acessibilidade da Justiça Eleitoral. O programa regula a ampliação do acesso à vida pública das pessoas com deficiência (PcD), além de quebrar de barreiras que impeçam o livre exercício do voto.

Após a publicação da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei nº 13.146/2015, e a evolução dos direitos da PcD — não só como resultado do avanço da legislação federal, mas também por meio de resoluções do Conselho Nacional de Justiça, tais como a Resolução-CNJ nº 401/2021 —, diversos dispositivos desse programa restam desatualizados ou até mesmo em desacordo com o ordenamento jurídico pós LBI.

A necessidade de aprimorar a acessibilidade na Justiça Eleitoral (JE) para além do processo eleitoral, tratando também sobre direitos da força de trabalho com deficiência, estruturas arquitetônicas dos edifícios da Justiça Eleitoral e demais fatores relacionados às dimensões da acessibilidade na atuação administrativa dos órgãos da JE direcionou para o estabelecimento de um instrumento mais robusto, uma Política de Acessibilidade no âmbito da JE.

Em 2024, a Segesa continuou com os trabalhos relacionados à instituição da Política de Acessibilidade da JE. Além dos conceitos essenciais para a gestão da acessibilidade na administração pública, princípios, diretrizes e objetivos que compõem uma política de acessibilidade, o texto também recepciona alguns aspectos do programa de acessibilidade já vigente relacionados estritamente ao processo eleitoral e aprimora conceitos e ações necessárias para garantir a eliminação das barreiras impostas ao eleitorado, às candidatas, aos candidatos e a demais pessoas com deficiência envolvidas no processo eleitoral.

A minuta já foi avaliada pelas unidades orgânicas que compõem a Comissão de Acessibilidade e Inclusão do Tribunal (CPAI/TSE) e pela Escola Judiciária Eleitoral do TSE (EJE/TSE), seguindo, posteriormente, para análise da Assessoria de Gestão Eleitoral (Agel).

Ainda estão previstas as participações das unidades de gestão da acessibilidade dos tribunais regionais para avaliação e sugestões do texto da política, bem como sugestão de participação da sociedade civil, por meio de uma consulta pública sobre o teor da Resolução que instituirá a Política de Acessibilidade e Inclusão da Pessoa com Deficiência ou com Mobilidade Reduzida no Processo Eleitoral e nas Atividades da Justiça Eleitoral.

II. Rede de Acessibilidade (SEI 2018.00.000005051-6)

A Rede de acessibilidade é um grupo de atuação de integrantes das unidades de acessibilidade criado como desdobramento do acordo de Cooperação Técnica firmado entre o TSE com os Tribunais Superiores, o TCU, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal.

Em 2024, a Rede de Acessibilidade da Administração Pública, da qual o TSE é membro, reativou seu perfil no Instagram como forma de divulgação dos trabalhos realizados.

Também foi publicado o Regimento Interno da Rede de Acessibilidade. Além disso, iniciaram-se os trabalhos para a criação de um banco de boas práticas entre os integrantes da Rede.

III. Monitoramento dos indicadores do PLS/JUD acessibilidade (SEI 2025.00.000000283-8)

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) continua monitorando uma série de indicadores de acessibilidade disponibilizados por meio do anexo da Resolução CNJ nº 401/2021, que dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário.

Os dados dos indicadores monitorados em 2024 foram solicitados às unidades do Tribunal para inserção, pela Segesa, na plataforma PLS-JUD do CNJ. Esses dados abastecem o Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário, produzido pelo Conselho, além de pesquisas realizadas pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) do CNJ.

IV. Eleições do Futuro - ampliação dos recursos de acessibilidade para pessoas com severa restrição de mobilidade (2024.00.000006738-1)

Trata-se de uma das atividades executadas como fruto do Convênio TSE nº 17/2024, que tem como objeto promover a cooperação técnico-científica por meio do intercâmbio de conhecimento e de atividades de pesquisa, dentre outras atuações, com destaque para a segunda Etapa do Projeto Eleições do Futuro.

O convênio entre o TSE e a USP é gerenciado pela SMG, por meio da atuação da Coordenadoria de Modernização (Comor/SMG), tendo a Seção de Gestão Socioambiental (Segesa/Cogeso/SMG) como unidade de gestão da acessibilidade atuando em parceria com a Comor na segunda etapa do Projeto, que tem entre seus objetos propor soluções para ampliar os recursos de acessibilidade ao voto das pessoas com severa restrição de mobilidade.

A primeira atividade desse trabalho foi realizar o levantamento bibliográfico relacionado ao tema para ser utilizado como referencial teórico, incluindo uma pesquisa sobre o dimensionamento da população alvo. Na sequência, foram identificadas 19 condições de saúde causadoras de tetraparesia/tetraplegia, cujas pessoas nessas condições tornaram-se o público-alvo a ser contemplado no estudo das soluções. Definido o público-alvo, a metodologia de trabalho foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da USP e foram iniciadas entrevistas com pessoas da população alvo e especialistas.

Na ocasião do 3º Encontro de Acessibilidade da Justiça Eleitoral, realizado em Brasília em dezembro de 2024, foram dadas informações aos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) sobre o projeto e foi realizada inclusão de nova ação no escopo dos trabalhos, de modo a incluir representantes dos TREs para participação de entrevistas com a equipe da USP. Foram indicados representantes de 23 tribunais regionais.

Ao final do ano de 2024, o projeto iniciou o levantamento de soluções de acessibilidade disponíveis no mercado para avaliação e prototipação de uso para

quando for necessário.

V. Solução de Acessibilidade Web

O portal do TSE e dos TREs na internet e a intranet do TSE continuam abastecidos com a solução de acessibilidade web, que proporciona acessibilidade comunicacional para pessoas com deficiência, pessoas idosas, iletradas, disléxicas ou com dificuldades intelectuais ao conferir acesso aos textos dos portais da Justiça Eleitoral, por meio da interpretação em Libras e da sintetização em voz na língua portuguesa falada no Brasil.

A ferramenta, além de facilitar o acesso a informações da Justiça Eleitoral na internet, também permite que o Órgão realize a personalização da solução para atender às necessidades de identidade visual dos tribunais eleitorais, como a inclusão de logótipo e representação da personagem que realiza os sinais de LIBRAS como uma mulher preta.

A contratação possui critérios de sustentabilidade social como o atendimento à reserva de vagas para pessoas com deficiência, conforme a Lei nº 8.213/91, e o impedimento de contratação de pessoas ou empresas condenadas por trabalho análogo ao de escravo ou por infração às leis de combate à discriminação de raça ou de gênero e ao trabalho infantil.

Nesse ano, outras funcionalidades acompanharam a solução nos portais da Justiça Eleitoral. Além da janela de libras e sintetização em voz em língua portuguesa, os portais na internet também contam com ferramentas de contraste, escolha de saturação, espaçamento e cursor ampliado. Em novembro de 2024, foi implementada a função de descrição de imagens por meio de inteligência artificial. Apesar do avanço dado por essa funcionalidade na descrição de imagens presentes nas publicações do portal do TSE na internet, a gestão da acessibilidade incentiva como boa prática na acessibilidade web que as imagens tenham o texto de audiodescrição implementados por meio da ferramenta “texto alternativo (*alt text*)”. No entanto, o incremento da descrição de imagens por inteligência artificial se demonstra como mais uma alternativa na quebra de barreiras enfrentadas por pessoas que utilizam o sítio do TSE na internet.

Em 2024, ano de eleições municipais, foram 11.330.539 acessos, considerando os domínios do TSE (Ead, EJE, portal na internet e extranet) e os acessos nos portais na internet dos tribunais regionais eleitorais do país.

VI. Dia mundial da conscientização do autismo (2024.00.000002077-6)

Em 2024, mais uma vez o Tribunal Superior Eleitoral celebrou o dia mundial da conscientização do autismo, criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 18 de dezembro de 2007 e instituído no Brasil pela Lei 13.652/2018, ocorrendo, anualmente, no dia 2 de abril.

A data promove o conhecimento sobre o transtorno do espectro autista (TEA), bem como sobre as necessidades e os direitos das pessoas autistas e seus familiares. Além disso, a data também visa chamar a atenção dos governantes para a formulação de políticas públicas que garantam a dignidade, acessibilidade e inclusão dessa parcela da população que, embora tenha leis para proteger seus direitos, não desfruta, em sua maioria, do que fora garantido pela Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

O edifício do TSE foi iluminado na cor azul nos dias, 2 e 3 de abril, e a unidade de comunicação promoveu a data por meio da *hashtag* #autismovalorizacapacidades, que acompanhou o tema em 2024.

Esse evento atendeu à Lei Brasileira de Inclusão - Lei nº 13.146/2015 e à

Resolução-CNJ n° 401/2021, traz luz ao tema mediante a realização de ação de conscientização à transposição de barreiras atitudinais com relação às pessoas com deficiência.

VII. Contratação de prestação de serviços de tradução/interpretação de Língua Brasileira de Sinais (Libras) para a Língua Portuguesa (2023.00.000008529-5)

A Segesa, embora não seja usuária direta do serviço, atua na fiscalização técnica do contrato, executando rotinas administrativas para que as unidades demandantes do serviço de Libras utilizem o serviço dentro do Órgão, em produtos e serviços por elas executados. Em 2024, foi responsável por realizar todo o procedimento licitatório para disponibilizar a contratação do serviço para uso pelas unidades demandantes.

As unidades demandantes atuam na fiscalização setorial, de modo a usufruir do serviço para conferir acessibilidade durante a execução de suas funções. Figuram como unidades de fiscalização técnica setorial a Assessoria de Cerimonial da Presidência (ACP), a Seção de Eventos e Cidadania Corporativa (Seeve/Coede/SGP) e a Coordenadoria de Audiovisual (Coav/Secom), e, em situações extraordinárias, a Seção de Modernização de Serviços ao Eleitor (Semose/Comor/SMG).

Em 2024 devido ao tempo necessário para conclusão do processo licitatório para nova contratação para prestação de serviços de interpretação em libras, foi solicitado ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF) o empréstimo de horas do citado serviço até a efetivação da contratação.

Foram utilizadas, a título de empréstimos pelo STJ, 30 (trinta) horas em 2024. Junto ao STF, foram 34 (trinta e quatro) horas do serviço.

A partir de abril de 2024, foi publicada a nova contratação para os serviços de libras, com contrato firmado com a empresa vencedora da licitação com o quantitativo anual de 990 (novecentos e noventa) horas anuais.

Após a assinatura do Contrato TSE N.º 20/2024, foram utilizadas 384 horas de interpretação em libras por meio de 183 ordens de serviços emitidas:

- Coav: 112
- Seeve: 03
- ACP: 02
- EJE: 62
- Comor: 02

VIII - 3º Encontro de Acessibilidade e Inclusão da Justiça Eleitoral (2024.00.000013533-6)

Em dezembro, nos dias 5 e 6, foi realizado, pela terceira vez, o encontro de acessibilidade, com participação nacional de integrantes das comissões de acessibilidade e unidades de gestão da acessibilidade dos tribunais eleitorais.

O encontro contou com a participação de representantes de 17 Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) e foi organizado por meio de uma parceria entre a Secretaria de Modernização, Gestão Estratégica e Socioambiental (SMG), a Assessoria de Inclusão e Diversidade (AID) e a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI) do TSE.

Seguindo os anos anteriores, o encontro foi composto por uma reunião técnica entre as áreas de acessibilidade do TSE e dos TREs em um evento em alusão ao Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, comemorado anualmente no dia 3 de dezembro.

A reunião técnica contou com a apresentação dos resultados alcançados nos grupos de estudos “Acessibilidade nos Sistemas da Justiça Eleitoral”, coordenado pelo TRE-RJ, e “Central de Libras”, coordenado pelo TRE-MG. Comentou-se, ainda, sobre os desdobramentos do 2º Encontro de Acessibilidade e Inclusão da Justiça Eleitoral, realizado em 2023, e sobre demandas trazidas ao TSE por meio do 83º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais do Brasil.

Também houve participação de representante da Escola Judiciária Eleitoral do TSE (EJE/TSE), que falou sobre o curso de capacitação da magistratura em diretrizes sobre acessibilidade e inclusão. A ideia surgiu no Encontro de Escolas Judiciárias Eleitorais, em virtude da minuta do Prêmio CNJ 2025, que pontua ações dessa natureza.

Por fim, foram realizadas oficinas temáticas sobre temas a serem tratados pela Justiça Eleitoral em 2025.

As oficinas foram executadas por cinco grupos, cada um contemplando um dos seguintes temas:

- Acessibilidade nas eleições – Autodeclaração do Eleitorado;
- Capacitação dos coordenadores de acessibilidade;
- Diagnóstico de acessibilidade na Justiça Eleitoral;
- Indicadores da Res.-CNJ n. 401/2021 – Adequação à Justiça Eleitoral; e
- Acessibilidade nas eleições – Fomento à participação da pessoa com deficiência.

Ao fim da reunião, o Coordenador de Modernização do TSE (Comor/SMG) apresentou o escopo do trabalho desenvolvido pelo TSE no âmbito do projeto Eleições do Futuro, em parceria com a Universidade de São Paulo (USP). O projeto visa identificar informações sobre eleitores com severas restrições de mobilidade e desenvolver propostas de melhorias para essa parcela do eleitorado, buscando viabilizar o voto com autonomia, sem auxílio de terceiros. Foi explicado o contexto do projeto e foram apresentadas algumas tecnologias assistivas que podem ser utilizadas na solução da demanda. Como desdobramento da apresentação da Comor/SMG, foi encaminhado um formulário de inscrição de representantes dos Tribunais Eleitorais com o objetivo de realizar o cadastro, em um banco de contatos, para posterior entrevista pela equipe de pesquisadores da USP envolvida no projeto.

O segundo dia do encontro foi dedicado à celebração do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, com a realização de apresentações, palestras e rodas de conversa ao longo da manhã.

O Dia Internacional das Pessoas com Deficiência foi criado pela Organização das Nações Unidas em 1992, sendo comemorado em todo o mundo, anualmente, no dia 3 de dezembro. Tem como foco a promoção de assuntos concernentes à deficiência, à mobilização para a defesa da dignidade, dos direitos e do bem-estar das pessoas. A comemoração anual também visa à conscientização quanto à participação das pessoas com deficiência na vida pública, política e social em igualdade de condições com as demais pessoas.

A abertura foi realizada pela Ministra Presidente Cármen Lúcia, que ressaltou que o evento é um momento para reflexões e construção de propostas que aprimorem o processo político-eleitoral e democrático do País. Ela afirmou que os órgãos públicos, principalmente o TSE, têm o compromisso de fazer com que todas as pessoas que compõem a cidadania brasileira tenham igualdade de oportunidades.

Após a fala da Ministra, o Secretário de Gestão da Informação e do Conhecimento (SGIC) do TSE apresentou a nova tecnologia assistiva adquirida pelo Tribunal para uso por pessoas com deficiência visual, dislexia e baixo letramento durante visitas ao Museu do Voto e à Biblioteca Alysson Darowish Mitraud. Trata-se

de um par de óculos que é capaz de realizar a leitura de textos, identificar pessoas, cores e outros objetos, como cédulas de dinheiro. O equipamento foi apresentado por um servidor cego, do Superior Tribunal de Justiça, parceiro do TSE na Rede de Acessibilidade da Administração Pública.

Em seguida, teve lugar a apresentação da diretora de Plataformas de Serviços Públicos Digitais do Ministério de Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), que apresentou o Guia de Boas Práticas para Acessibilidade Digital, financiado pelo Governo Britânico e desenvolvido em parceria com a Secretaria de Governo Digital do MGI e o Ministério da Saúde. O guia foi coordenado pelo Centro de Estudos sobre Tecnologias Web (Ceweb) do NIC.br, com o apoio do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, da Escola Nacional de Administração Pública e do Movimento Web para Todos. Alguns dados dos avanços alcançados no portal gov.br foram destacados pela palestrante:

- disponibilidade de 170 portais;
- mais de 162 milhões de usuários; e
- mais de 200 aplicativos móveis à disposição.

Na sequência, o professor de Direito Internacional Público da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), chefe da Missão de Observação Eleitoral Nepedi/UERJ credenciada no TSE) apresentou o relatório final de observação referente às Eleições Municipais 2024, com foco no tema transversal acessibilidade.

Além da execução da observação das eleições municipais, o professor citou outros trabalhos realizados pelo Nepedi/UERJ, como o Atlas Jurídico-Institucional: Sistemas Eleitorais nas Américas; e o relatório Acessibilidade e Exercício de Direitos Políticos: Apontamentos Teóricos para a Missão Eleitoral 2024 do Nepedi/UERJ – documento correlacionado com o relatório de observação das eleições, o qual traz arcabouço teórico para embasamento do observado pela missão e para as recomendações tecidas ao TSE.

Após a fala do professor, foi aberta uma roda de conversa sobre arte, esporte e cidadania. A mesa foi composta pelo bicampeão paralímpico e presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro, por uma produtora cultural e escritora, e por seu filho, artista plástico e ator com síndrome de Down.

O representante do CPB apresentou um histórico sobre o tratamento dado pela sociedade às pessoas com deficiência, a importância do esporte na cidadania e os resultados do time Brasil nas Paralimpíadas de Paris. Em continuidade, a produtora cultural compartilhou sua experiência, as dificuldades e os desafios de criar uma pessoa com deficiência, enquanto seu filho, artista plástico, relatou sua trajetória de vida, destacando as exposições dos quadros pintados por ele e a realização de workshops sobre artes plásticas na Itália para pessoas com deficiência.

Por fim, houve uma ação educativa com a participação do grupo de dança Street Cadeirante, que relatou as circunstâncias da criação do coletivo, a percepção individual de cada um dos integrantes e a forma como ingressaram no grupo. O evento foi encerrado com a apresentação de uma rotina de dança do grupo.

Todo o evento, ocorrido no dia 6.12.2024, foi transmitido para o público interno e externo da Justiça Eleitoral por meio de videoconferência e contou com os seguintes recursos de acessibilidade comunicacional: legenda em tempo real, interpretação em Libras e audiodescrição de imagens estáticas.

IX - Grupo de Estudos Central de Libras (2024.00.000002492-5)

Em 2024, foi criado um grupo de estudos visando à realização de estudo de

viabilidade e definição de modelo de negócio para implementação de Central de Libras nos tribunais regionais de todo o Brasil, composto por integrantes do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG), do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA), do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE), do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF), do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP), do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE-AL), do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) e deste Tribunal Superior, sob coordenação do TRE-MG.

A criação do referido grupo de trabalho é fruto dos debates realizados na reunião técnica de acessibilidade da Justiça Eleitoral, ocorrida por ocasião do "2º Encontro de Acessibilidade e Inclusão da Justiça Eleitoral", em 30 de novembro de 2023, e do "83º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais" (COPTREL). A criação do grupo contemplou a sugestão de representantes que se propuseram a integrá-lo na mencionada reunião.

A Central de Libras tem por objetivo possibilitar o atendimento de pessoas com deficiência através do acesso à comunicação em Libras, ofertando atendimento remoto a pessoas com deficiência auditiva, por meio de plataforma *on-line* que conecta o usuário a um intérprete de Libras em qualquer região do país com acesso à internet, promovendo a comunicação em Língua Portuguesa e Libras e vice-versa.

Os estudos avançaram ao longo do ano, no entanto, ainda estão em fase de conclusão. Já existe a identificação de soluções disponíveis no mercado para suprir a demanda de atendimento ao eleitor com deficiência auditiva usuário de Língua Brasileira de Sinais (Libras).

X - Grupo de Estudos acessibilidade sistemas (2024.00.000003009-7)

Como um dos desdobramentos da reunião técnica de 2023, na ocasião da realização do 2º Encontro de Acessibilidade e Inclusão da Justiça Eleitoral, foi proposta a criação de um grupo de trabalho para avaliação e eliminação de barreiras enfrentadas pelo eleitorado com deficiência no uso dos sistemas da Justiça Eleitoral, bem como para eliminação de barreiras nos Sistemas Informatizados Corporativos, com destaque para o aprimoramento da identificação "selfie" para auxiliar pessoas com deficiência visual no uso de aplicativos mobile da Justiça Eleitoral.

A identificação biométrica facial funciona por meio da detecção da face por uma câmera, que faz a captura do rosto do usuário e extrai as características da pessoa. O software lê a geometria facial para gerar a impressão facial. Tal modalidade de identificação pode gerar barreiras de acesso a pessoas com deficiência visual ou de baixa visão pela dificuldade no uso com autonomia da câmera do dispositivo.

A acessibilidade nos sistemas da Justiça Eleitoral é necessária para que os tribunais eleitorais eliminem barreiras tecnológicas e informacionais que possam impedir o livre usufruto dos direitos políticos do eleitorado com deficiência. Barreiras em sistemas corporativos podem impedir que servidoras e servidores com deficiência atuem em suas funções institucionais com autonomia, além de restringir sua capacidade de produção e possíveis evoluções na carreira e no desempenho em cargos de gestão.

Os estudos contaram com a participação de pessoas com e sem deficiência dos TREs de Goiás (TRE-GO), Tocantins (TRE-TO), Ceará (TRE-CE), Santa Catarina (TRE-SC), Rio de Janeiro (TRE-RJ), além do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O grupo foi coordenado por representantes do TRE-RJ.

Em 2024, houve a conclusão dos estudos que obtiveram como produto final a elaboração de uma minuta de portaria que visa estabelecer diretrizes de

acessibilidade para o desenvolvimento de sistemas de tecnologia da informação e conteúdo web acessível no âmbito da Justiça Eleitoral.

A minuta de portaria contempla diversos pontos em relação à acessibilidade digital, como o uso de softwares e aplicativos de leitores de tela, ferramentas de tecnologia assistiva, interface, linguagem intuitiva, formulários, assim como aspectos da dimensão atitudinal da acessibilidade. O texto da minuta foi construído em conjunto pelo grupo, que também contou com o auxílio de servidores com deficiência de outros TREs devido à experiência que possuem no assunto, apesar de não estarem formalmente no grupo.

O documento foi submetido ao TSE e está sob avaliação do Órgão.

XI - Parceria com o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade) (2024.00.000003850-0)

Em abril de 2024, o TSE foi convidado a participar da 137ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência para dialogar sobre a acessibilidade nos aplicativos da Justiça Eleitoral.

A Secretária da SMG, à época, representou o TSE na reunião e trouxe atualizações sobre o uso dos aplicativos da JE por pessoas com deficiência, especialmente sobre a biometria facial para identificação do usuário no aplicativo. Na ocasião, foram expostas as melhorias para a identificação facial “selfie”, como a eliminação da necessidade de movimentação da cabeça para registrar a biometria do usuário.

Também foram tratados outros assuntos sobre a acessibilidade da urna eletrônica, além de alguns dispositivos dos atos gerais das Eleições 2024 para eliminação de barreiras para o exercício do voto por pessoas com deficiência.

Como desdobramento da participação do TSE na reunião do Conade, foi firmada uma parceria entre o Tribunal e o Conselho para o encaminhamento de comunicação aos Conselhos Municipais de Defesa das Pessoas com Deficiência, para incentivo ao cadastramento de pessoas com conhecimento em Língua Brasileira de Sinais (Libras), a fim de que atuem como mesárias, mesários ou como apoio logístico nas eleições municipais de 2024. A parceria foi firmada por meio do Ofício GAB-DG nº 1926/2024 e do Ofício nº 186/2024/CONADE/SNDPD/MDHC.

XII - Diagnóstico sobre Acessibilidade e Inclusão de Pessoas com Deficiência no Poder Judiciário (2024.00.000000219-0).

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) provocou o TSE, por meio do Ofício-Circular 38/SEP, para participação de pesquisa conduzida por seu Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) para "Diagnóstico sobre Acessibilidade e Inclusão de Pessoas com Deficiência no Poder Judiciário", prevista no art. 33 da Resolução CNJ n. 401/2021, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

A pesquisa foi estruturada em três eixos:

- análise da inclusão e acessibilidade em serviços do Judiciário;
- avaliação da acessibilidade comunicacional e tecnológica, por meio da análise dos sites de todos os 91 tribunais do Brasil e dos principais sistemas eletrônicos do Poder Judiciário;
- avaliação da gestão de acessibilidade e inclusão e da acessibilidade arquitetônica e urbanística, por meio da aplicação de questionários on-line aos órgãos do Poder Judiciário.

O chefe da Seção de Gestão Socioambiental do TSE (Segesa/Cogeso/SMG) foi indicado como ponto focal do TSE e responsável pelo preenchimento dos

formulários com as questões relacionadas à pesquisa.

XIII - Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI/TSE)

A Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI/TSE), instituída pela [Portaria-TSE nº 330/2018](#), tem como finalidade a atuação, em nível estratégico, das ações de acessibilidade e inclusão voltadas à eliminação de quaisquer formas de discriminação e à remoção de barreiras de qualquer natureza que dificultem o acesso autônomo e seguro às instalações e aos serviços do TSE por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Atuam como coordenadora e coordenadora-substituta da comissão, respectivamente, a Assessora-Chefe da AID e a Secretária da SMG. Além disso, atuam como membros da comissão o chefe da Segesa/Cogeso/SMG, representantes da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), da Secretaria de Gestão da Informação e do Conhecimento (SGIC), da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), da Secretaria de Administração (SAD), da Secretaria de Polícia Judiciária e da Assessoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias (ASEPA).

Em 2024, foram realizadas 3 reuniões, com destaque às seguintes ações:

- **Roda de conversa “Acessibilidade, Inclusão e Cidadania no Ambiente de Trabalho”:** atividade voltada para o público interno do TSE, com o objetivo de apresentar a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão - CPAI, ouvir depoimentos de colegas com deficiência ou com familiares nessa condição, discutir direitos das pessoas com deficiência no serviço público e em empresas terceirizadas, além de apresentar as melhorias de acessibilidade na urna eletrônica. A ação foi realizada com a colaboração da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), da Secretaria de Administração (SAD), da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) e da Secretaria de Comunicação e Multimídia (Secom).

- **Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência - 21 de setembro:** em homenagem ao Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, foi enviado um e-mail marketing para divulgação nas redes internas do Tribunal. As cúpulas do TSE foram iluminadas na cor verde, como forma de dar luz ao tema e ampliar a conscientização sobre as barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência.

- **Visita técnica do Instituto Blind Brasil:** acompanhamento da visita técnica realizada pelo Instituto Blind Brasil para revisão dos mapas em braille e análise da acessibilidade nas dependências do TSE, visando garantir plena acessibilidade para pessoas com deficiência visual. A visita gerou um relatório de sugestões de melhorias, que foi encaminhado para análise das unidades responsáveis pelas dimensões acessibilidade arquitetônica, acessibilidade comunicacional, acessibilidade informacional e acessibilidade em serviços.

- **3º Encontro de Acessibilidade e Inclusão da Justiça Eleitoral - 5 e 6 de dezembro de 2024:** evento, realizado em parceria com a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão e com a Secretaria de Modernização, Gestão Estratégica e Socioambiental, destinado a promover e discutir a inclusão e a acessibilidade no contexto da Justiça Eleitoral. Detalhes da ação constam no item VIII - 3º Encontro de Acessibilidade e Inclusão da Justiça Eleitoral.

- **Apoio e participação no curso "Acessibilidade e inclusão: Capacitação para a Magistratura Eleitoral" promovido pela Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral (EJE/TSE) em parceria com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam):** o objetivo do curso foi o de aplicar diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência e/ou

mobilidade reduzida, reconhecendo barreiras que afetem diretamente a sua participação na vida pública e política, com estímulo à reflexão e à discussão sobre práticas discriminatórias; além disso, o curso também ensinou a lidar, com segurança, com situações concretas que envolvam direitos desse coletivo e hipóteses de violação de normas de acessibilidade tanto no processo eleitoral quanto no âmbito institucional.

Ações das Unidades Orgânicas do TSE (SEI 2024.00.000014811-0)

XIV - Assessoria de Inclusão e Diversidade (AID)

Tendo em vista que a AID atua em inclusão e diversidade nas dimensões de equidade racial, gênero, inclusão dos povos indígenas, além da defesa dos direitos das pessoas com deficiência, as ações da Assessoria no âmbito da pessoa com deficiência foram dadas por meio da atuação da Assessora-Chefe da Assessoria de Inclusão e Diversidade como coordenadora da CPAI. As ações da AID na comissão estão detalhadas no tópico XIII - Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI/TSE).

XV- Secretaria de Comunicação e Multimídia (Secom)

A seguir, apresentam-se as ações implementadas pela Secom do TSE para a promoção da acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida em 2024.

Nesse ano, foram publicadas 15 matérias com a temática de inclusão e acessibilidade no [Portal](#), e 6 matérias na [Extranet](#), totalizando 21 matérias:

Portal:

- [Pessoas com deficiência podem pedir transferência para seção eleitoral com acessibilidade](#)
- [Eleições 2024: urnas terão novo recurso de acessibilidade para pessoas com deficiência visual](#)
- [Novos recursos de acessibilidade das urnas eletrônicas são testados no TRE-PR](#)
- [Conheça os recursos da urna eletrônica para pessoas com deficiência](#)
- [“Voz da urna”, cantora com deficiência visual fala sobre inclusão de PcDs no processo eleitoral](#)
- [Justiça Eleitoral pelo Brasil: TRE-PR realiza ações para a inclusão de eleitores com deficiência](#)
- [Justiça Eleitoral pelo Brasil: 1ª mesária com síndrome de Down do Ceará recebe título de embaixadora da acessibilidade](#)
- [Justiça Eleitoral traz intérprete de Libras na urna para assegurar acessibilidade](#)
- [TSE reforça acessibilidade nas Eleições 2024 para garantir o voto de pessoas com limitações](#)
- [Faltam 8 dias: conheça os recursos da urna que auxiliam o eleitor com deficiência](#)
- [Mais de 1,4 milhão de eleitoras e eleitores com deficiência estão aptos a votar em 2024](#)
- [Ministra Cármen Lúcia: Pior cegueira é a que não vê o outro na sua](#)

potencialidade integral

· [TSE realiza 3º Encontro de Acessibilidade e Inclusão da Justiça Eleitoral](#)

· [TSE adota tecnologia de visão artificial para ampliar inclusão e acessibilidade](#)

· [Acessibilidade: ações da Justiça Eleitoral garantem plena inclusão do eleitorado com deficiência](#)

Extranet:

· [Comissão de Acessibilidade e Inclusão do TSE completa 6 anos](#)

· [TSE promove roda de conversa sobre acessibilidade, inclusão e cidadania de pessoas com deficiência no ambiente de trabalho](#)

· [Seguras, modernas e inclusivas: conheça os modelos de urnas das Eleições 2024](#)

· [3º Encontro de Acessibilidade e Inclusão da JE debateu temas como transformação digital, arte, esporte e cidadania para pessoas com deficiência](#)

· [TSE recebe Regionais para reunião técnica sobre acessibilidade e inclusão](#)

· [Acessibilidade: ações da Justiça Eleitoral garantem plena inclusão do eleitorado com deficiência](#)

Em relação à publicação de vídeos sobre inclusão e acessibilidade das pessoas com deficiência, foram publicados 12 vídeos no canal do TSE no Youtube e 8 vídeos no perfil do TikTok no ano de 2024

Youtube:

· 27/02/2024 - TSE garante transporte gratuito aos eleitores e eleitoras nas Eleições 2024

https://youtu.be/fUFOZAGhs9I?si=wwSqHQm-DfrQ_cWY

· 21/03/2024 - Além do Voto: Justiça Eleitoral realiza ações educativas e promove acessibilidade

<https://youtu.be/synfipUbgxU?si=zXbPFttvk7dG5uW9>

· 11/04/2024 - Voto com acessibilidade: seu direito garantido!

<https://youtu.be/ZV9rRaw8nF0?si=Sfdrsy1-A8soRvZP>

· 17/04/2024 - Como escolher um local de votação com acessibilidade

<https://youtu.be/-wrLI0ji57o?si=F24xWcEu-cCuoHx0>

· 25/06/2024 - Novidades na acessibilidade das urnas eletrônicas

<https://youtu.be/wU9TpG25YLw?si=J7YiFoTLnZoi5ZMM>

· 02/07/2024 - Calendário Eleitoral: Mudança de Seção Eleitoral

<https://youtu.be/nkxheJcV3LQ?si=-TNIMAcPuaVuP1z2>

· 09/07/2024 - Mesária com síndrome de Down é exemplo de cidadania e inclusão

<https://youtu.be/JhYXIUwSRkE?si=S0mIHzNaFKqHBII>

· 21/09/2024 - Recursos de acessibilidade da urna eletrônica

<https://youtu.be/ALDhxwJclms?si=dv1cTpDT5VDoMKp4>

· 27/09/2024 - Posso entrar com outra pessoa na cabine de votação? | Tira-Dúvidas das Eleições

https://youtu.be/XtIpi-LnlhE?si=UrCou_uX2E6JDHIy

· 27/09/2024 - Clica e Confirma destaca inclusão eleitoral

https://youtu.be/e78T3Z_pDq4?si=o6hX-8RlxP-Kc2oI

· 04/11/2024 - Mesários PCDs fazem história nas eleições

https://youtu.be/2omvNPxCA5Q?si=_vKemkxZCQU313jd

· 09/12/2024 - Clica e Confirma: Encontro entre TSE e TRE's define estratégias para 2025

<https://youtu.be/B80zQzXRMV8?si=4-jJKKemUt7xINnT>

TikTok

· 04/01/2024 - Braille nas urnas

https://www.tiktok.com/@tsejus/video/7320273193711799557?is_from_webapp=1&sender_device=pc&web_id=7427944351697847814

· 16/04/2024 - Embaixadora de acessibilidade do TRE-PR

https://www.tiktok.com/@tsejus/video/7358464619591077125?is_from_webapp=1&sender_device=pc&web_id=7427944351697847814

· 12/08/2024 - Transferência Voluntária

https://www.tiktok.com/@tsejus/video/7402323791201733893?is_from_webapp=1&sender_device=pc&web_id=7427944351697847814

· 28/08/2024 - Paralimpíadas

https://www.tiktok.com/@tsejus/video/7408352137337490693?is_from_webapp=1&sender_device=pc&web_id=7427944351697847814

· 23/09/2024 - Dia Internacional de Língua de Sinais

https://www.tiktok.com/@tsejus/video/7417837860247686405?is_from_webapp=1&sender_device=pc&web_id=7427944351697847814

· 30/09/2024 - Eleitorado Preferencial

https://www.tiktok.com/@tsejus/video/7420475160576249094?is_from_webapp=1&web_id=7427944351697847814

· 02/10/2024 - Acompanhante na Cabine de votação

https://www.tiktok.com/@tsejus/video/7421265201040805125?is_from_webapp=1&sender_device=pc&web_id=7427944351697847814

· 14/10/2024 - Curiosidades históricas das Eleições - Teclado da Urna

https://www.tiktok.com/@tsejus/video/7424596787920456966?is_from_webapp=1&sender_device=pc&web_id=7427944351697847814

Em relação a informações dadas pelo TSE nas redes sociais, destacam-se 8 no Instagram e 1 no Facebook:

Instagram

· A Justiça Eleitoral fala a língua da acessibilidade:

https://www.instagram.com/p/C-fRauWI0HH/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==

- 4 garantias para pessoas com mobilidade reduzida:

https://www.instagram.com/p/C-FhduXicMA/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==

- Transferência temporária - Casos permitidos:

https://www.instagram.com/p/C-GmIRwiBiT/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==

- Calendário Eleitoral - Início do prazo para transferência temporária:

https://www.instagram.com/p/C9uWS7MpxxH/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==

- Data-limite para transferência temporária:

https://www.instagram.com/p/C-5_MRro0xb/

- Quem tem preferência para votar:

https://www.instagram.com/p/DAVnG4bBcxZ/?img_index=1

- O que é permitido no dia da eleição:

https://www.instagram.com/p/DBi28NwCXP7/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==

- Posso entrar com outra pessoa na cabine de votação?:

https://www.instagram.com/p/DAwijtyML3P/?img_index=1

Facebook

- Calendário Eleitoral - Prazo para transferência temporária:

<https://www.facebook.com/photo?fbid=927821599384338&set=a.350188693814301>

XVI - Escola Judiciária Eleitoral (EJE/TSE)

Entre as ações promovidas pela Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral em 2024, no tocante à temática da promoção da acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, destacam-se:

- **Encontro itinerante Cidadania e Pesquisa (edição realizada no TRE-CE):** evento ocorrido no dia 24 de maio, com foco em populações minorizadas, especialmente em relação à inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência, sendo esse tema abordado tanto no eixo Cidadania quanto no eixo Pesquisa da EJE/TSE. Houve dois momentos de atividades: um primeiro, com palestras, com a participação de 137 pessoas; e um segundo, com a realização de oficina, que teve participação de 30 pessoas, diversas delas com deficiência (visual, auditiva – acompanhadas de tradutoras de Libras – e intelectual).

- **Curso "Comunicação institucional inclusiva e atendimento público de pessoas de grupos minorizados":** atividade direcionada ao público interno da Justiça Eleitoral (magistradas, magistrados, servidoras e servidores), realizada no âmbito do programa "Capacitação Nacional das Escolas Judiciárias Eleitorais". Ocorreu de forma remota, com aulas síncronas, do dia 4 a 7 de junho de 2024, com carga horária total de 10 horas-aula. Contou com 188 (cento e oitenta e oito) inscritos, sendo que 80 dos cursistas foram certificados.

- **Curso "Acessibilidade no processo eleitoral: do cadastro ao voto":** atividade direcionada ao público interno da Justiça Eleitoral (magistradas, magistrados, servidoras e servidores), realizada no âmbito do programa "Capacitação Nacional das Escolas Judiciárias Eleitorais". Ocorreu de forma remota, com aulas síncronas, do dia 10 a 12 de junho de 2024, com carga horária total de 10 horas-aula. Contou com 115 (cento e quinze) inscritos, sendo que 67 dos cursistas foram certificados.

- **Curso "Acessibilidade e inclusão: Capacitação para a Magistratura Eleitoral" promovido pela Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral (EJE/TSE) em parceria com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam):** realizado do dia 21 de novembro a 19 de dezembro, o curso capacitou magistradas e magistrados da Justiça Eleitoral acerca de aspectos técnicos, normativos e práticos, no âmbito administrativo e jurisdicional, para a efetiva inclusão de pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, especialmente no processo eleitoral. O curso contou com 14 docentes, dentre os quais 4 eram pessoas cegas ou com baixa visão, uma pessoa em cadeira de rodas e uma pessoa neuroatípica (TEA). O curso teve 137 inscritos e 62 cursistas certificados.

XVII - Secretaria de Administração (SAD)

- Manutenção do piso tátil no Tribunal;
- Instalação de rampas de acesso à sala da brigada e aos banheiros no subsolo;
- Tratativas com a empresa contratada de serviços gerais para oferta de capacitação de seus profissionais alocados em postos de trabalho no Tribunal, com o objetivo de qualificar o atendimento às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. A capacitação conta com previsão de início no primeiro semestre de 2025.

XVIII - Secretaria de Gestão da Informação e do Conhecimento (SGIC)

Em 2024, foram desenvolvidas as seguintes ações na SGIC:

- **Participação na 18ª Primavera dos Museus:** em setembro, a Seção de Museu integrou a programação do evento, cujo tema foi "Museus, acessibilidade e inclusão". Na ocasião, foi realizada uma visita guiada do Programa Educativo com a turma de Educação de Jovens e Adultos do Centro Educacional 2 de Taguatinga, composta por 17 estudantes com autismo, síndrome de Down e deficiência intelectual.

- **Disponibilização de tecnologia assistiva:** a SGIC adquiriu e disponibilizou três óculos de tecnologia assistiva, ampliando a inclusão e acessibilidade de cidadãos com deficiência visual aos serviços do Museu do Voto e da Biblioteca.

- **Relatório TSE de Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa – ano-base 2023:** elaboração de uma versão digital acessível do relatório a pedido da Segesa/Cogeso/SMG, garantindo que as informações sejam acessíveis a todos os interessados.

- **Relatório de Gestão 2023:** foi desenvolvida uma versão acessível do relatório a pedido da Seção de Gestão Estratégica e Governança (Seggo/Cogeso/SMG), visando garantir a disseminação das informações de gestão a todos os públicos.

Rampa de acesso à Seção de Arquivo e balcão de atendimento: a unidade possui rampa de acesso para facilitar a entrada de pessoas com mobilidade reduzida e amplo balcão de atendimento para recepção adequada. Ademais, os servidores da Searq participaram de palestras e treinamentos institucionais voltados para práticas de acessibilidade e inclusão.

XIX - Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)

Em 2024, foram realizadas inúmeras ações para promoção da acessibilidade no âmbito da STI do TSE. A seguir, destacam-se as iniciativas.

A Seção de Voto Informatizado (Sevin/Cotel/STI) realizou a implementação de novo mecanismo de sintetização de voz na urna eletrônica, provendo uma fala mais clara e natural para os eleitores. A sintetização de voz é recurso utilizado na urna para fornecer instruções sobre a votação a eleitores com deficiência visual.

As melhorias no sistema de áudio da urna eletrônica têm sido implementadas recorrentemente ao longo dos últimos anos, com atuação conjunta com a unidade de gestão da acessibilidade, desde 2018. Essa unidade, a então Assessoria de Gestão Estratégica e Socioambiental (Ages), tornou-se a SMG, e vem atuando amplamente a partir da criação da Secretaria em 2020, ano em que foi apresentada a novidade de retorno do nome do candidato. Até então, somente o número da candidatura era disponibilizado.

Em 2024, além da integração do software RHVoice (que sintetiza a voz Letícia), foram aprimoradas as instruções fornecidas aos eleitores, sobretudo com relação ao voto de legenda.

A Seção de Cadastro do Eleitor (Secad/Coinf/STI) adotou medidas necessárias para aprimorar a acessibilidade dos sistemas, em especial os sistemas Elo e Título Net. Além de sistemas responsivos e acessíveis, houve o aprimoramento na utilização de uma linguagem simples e clara para os usuários e para a simplificação dos processos de atendimento, com o objetivo de garantir maior acessibilidade e inclusão para todas as pessoas.

O Núcleo Estratégico de Gestão de Portfólio e Compliance (NEPC/STI) deu início ao desenvolvimento do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação 2025 e 2026, que contemplará objetivos, resultados-chave e ações táticas voltadas exclusivamente para a promoção da Acessibilidade Digital.

A Seção de Candidaturas e Informações Partidárias (Secinp/Csele/STI) realizou reformulação das interfaces do Sistema de Divulgação de Candidatos de forma a aprimorar a acessibilidade, tornando o sistema responsivo e adotando linguagem simples e clara. Aplicação dos mesmos parâmetros no Sistema Bem na Foto, que foi construído para as últimas eleições ordinárias.

A Seção de Automação de Obrigações Partidárias e Eleitorais (Saope/Copp/STI) reformulou as interfaces e a utilização de linguagem simples e clara no Sistema de Prestação de Contas Eleitorais (SPCE), no Sistema de Prestação de Contas Partidárias (SPCA) e no Sistema de Informações de Contas (SICO), com o objetivo de aprimorar a acessibilidade dos sistemas. Em conjunto com a área gestora dos sistemas de prestação de contas, a Assessoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias (ASEPA), buscou-se também a simplificação dos processos de atendimento das demandas, com o objetivo de garantir maior acessibilidade e inclusão.

A Seção de Automação à Jurisprudência, Procedimentos Administrativos e Comunicações Processuais (Seaju/Copp/STI) passou a utilizar alguns padrões de interface nas aplicações Jurisprudência, Pesquisa de Jurisprudência, DJe e Mural, que ajudam a promover a acessibilidade como linguagem simples e clara, design responsivo, uso de cores e contrastes adequados e conscientização da equipe quanto à acessibilidade digital.

A Seção de Totalização e Divulgação de Resultados (Setot/Csele/STI) realizou a sustentação da solução de divulgação de Resultados, amplamente utilizada nas Eleições 2024, que possui implementações de usabilidade e de melhoria de navegabilidade, com o objetivo de garantir uma boa experiência dos usuários e maior inclusão.

A Seção de Soluções em Aplicativos Móveis (Sesam/COAI/STI) realizou a sustentação dos aplicativos e-Título e Mesário, amplamente utilizados nas Eleições de 2024, com implementação de medidas para atender às necessidades de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, a seguir detalhadas:

a.1) e-Título

- **Compatibilidade com Leitores de Acessibilidade:** o aplicativo e-Título é compatível com os leitores de acessibilidade nativos dos dispositivos móveis Android e iOS, como o TalkBack e o VoiceOver.

- **Padrão de Cores Inclusivo:** há preocupação constante em manter padrões de cores que possibilitem a leitura por pessoas com daltonismo.

- **Facilidade de Uso e Acessibilidade Tátil:** o design do aplicativo prioriza o uso de:

- o Linguagem simples e clara, facilitando o entendimento por usuários com baixa instrução ou pouca familiaridade com tecnologia;

- o Ícones grandes e espaçados, otimizados para toques.

- **Atualização da Biblioteca de Conferência Biométrica:** no final de 2024, foi concluído o processo de atualização da biblioteca de conferência biométrica do e-Título, que entrou em produção em janeiro de 2025. Essa atualização trouxe uma funcionalidade que permite o comportamento passivo durante a coleta biométrica, eliminando a necessidade de o usuário seguir instruções, como virar o rosto para direita e para esquerda. Essa melhoria:

- Tornou o processo mais acessível e menos complexo para pessoas com deficiência visual.

- Facilitou o uso para eleitores com baixa instrução ou pouca familiaridade com tecnologia.

a.2) Mesário

- **Recursos de Áudio:** o aplicativo foi aprimorado com recursos de áudio que permitem o acesso às informações de forma auditiva, beneficiando, especialmente, mesários com deficiência visual. Além disso, é possível ajustar o volume e a velocidade da fala, proporcionando uma experiência personalizada para cada usuário.

- **Interface Intuitiva e Cores Acessíveis:** a interface foi projetada para ser de fácil navegação e adaptável, com opções de modo claro e escuro, além da adoção de uma paleta de cores acessível. A inclusão do modo escuro visa proporcionar maior conforto visual, especialmente em ambientes com pouca luz, bem como atender às preferências individuais dos usuários.

- **Treinamento Acessível:** o conteúdo do curso para mesários foi adaptado para formatos diversos, incluindo módulos interativos e suporte para leitores de tela.

A Seção de Inovação e Apoio à Produção de Software (Sinaps/Coai/STI) realizou o desenvolvimento do Projeto Autentica-JE Fase 2, cujas interfaces de autenticação para acesso aos sistemas clientes por meio do RHSSO foram aprimoradas com tamanhos de fonte maiores e maior contraste de cores, melhorando a experiência dos usuários de forma geral, o que também pode facilitar a experiência de pessoas com mobilidade reduzida e/ou com deficiência visual parcial.

Cabe destacar que o RHSSO é o sistema unificado de autenticação (ou identificação) de usuários utilizado por sistemas web do TSE, sejam eles de acesso somente interno ou sistemas web de acesso público.

Considerando a utilização da interface por pessoas com deficiência visual total ou com mobilidade muito reduzida, ainda se faz necessária a validação detalhada do código de interface em padrões como o WCAG 2.1, com Diretrizes de

Acessibilidade para Conteúdo Web ou e-MAG brasileiro (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico).

Já com foco no público interno, foi feita a substituição dos sistemas Redmine e Bugzilla pelo Jira Software Data Center, adquirido e implantado no contexto da STI e de determinadas áreas de negócio do Tribunal. Em relação a essa ação cabem algumas observações:

A fornecedora do produto, empresa Atlassian, possui um programa de acessibilidade (<https://www.atlassian.com/accessibility>) e um relatório específico acerca do Jira Data Center, chamado de *Voluntary Product Accessibility Template (VPAT)*, que descreve o nível de suporte do produto a cada critério do padrão de acessibilidade WCAG 2.1 AA (em inglês).

O padrão WCAG possui compatibilidade com o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico - e-MAG, conforme depreende-se da introdução do texto do modelo, replicado a seguir:

As recomendações do eMAG permitem que a implementação da acessibilidade digital seja conduzida de forma padronizada, de fácil implementação, coerente com as necessidades brasileiras e em conformidade com os padrões internacionais. É importante ressaltar que o eMAG trata de uma versão especializada do documento internacional WCAG (Web Content Accessibility Guidelines: Recomendações de Acessibilidade para Conteúdo Web) voltado para o governo brasileiro, porém o eMAG não exclui qualquer boa prática de acessibilidade do WCAG.

O relatório VPAT do Jira Data Center supracitado baseia-se na versão 9.12 do Jira Data Center, a mesma utilizada no ambiente de produção do TSE.

Especialmente em sua nova versão 10.3.2, o Jira Data Center possui mais opções de acessibilidade, incluindo uma página específica e um tema em alto contraste, conforme imagens a seguir:

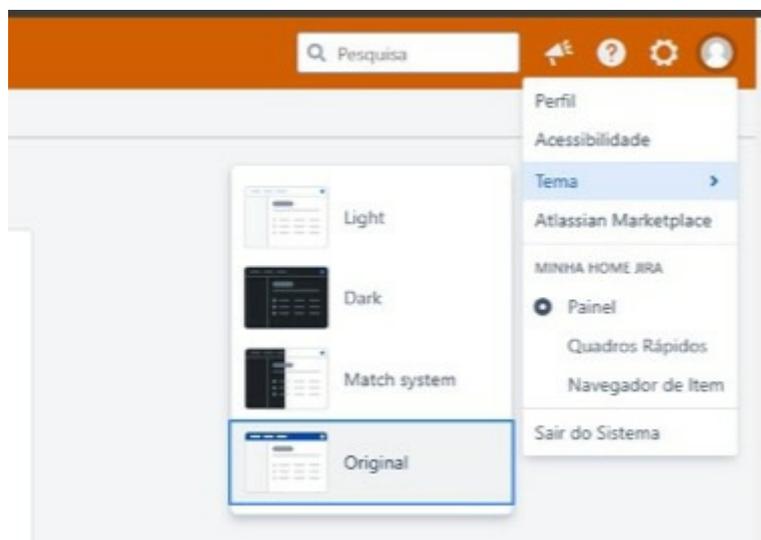


Imagem 1. opções de seleção de tema para o usuário final, versão Original.

Audiodescrição: tela do software Jira Data Center com menu de configurações de acessibilidade. As opções de tema disponíveis são: Light, Dark, Match system e Original, com a opção "Original" em funcionamento e selecionada. No canto superior direito, há ícones para pesquisa, notificações, ajuda e configurações. O menu também inclui opções como Perfil, Acessibilidade, Atlassian Marketplace, Minha Home JIRA, Painel, Quadros Rápidos, Navegador de Item e Sair do Sistema, que estão disponibilizados ao lado direito da tela.

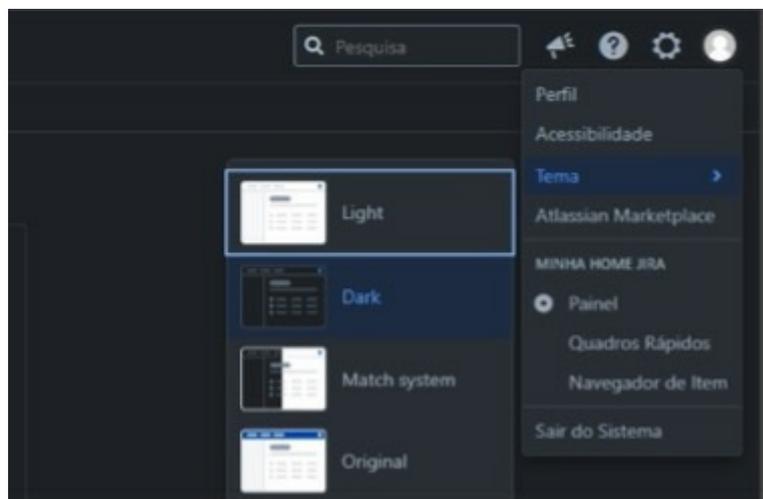


Imagem 2: opções de seleção de tema para o usuário final versão Dark.

Audiodescrição: tela do mesmo software com características iguais às descritas a imagem anterior, porém, com o tema "dark" em execução. Na tela, opção "light" está selecionada.

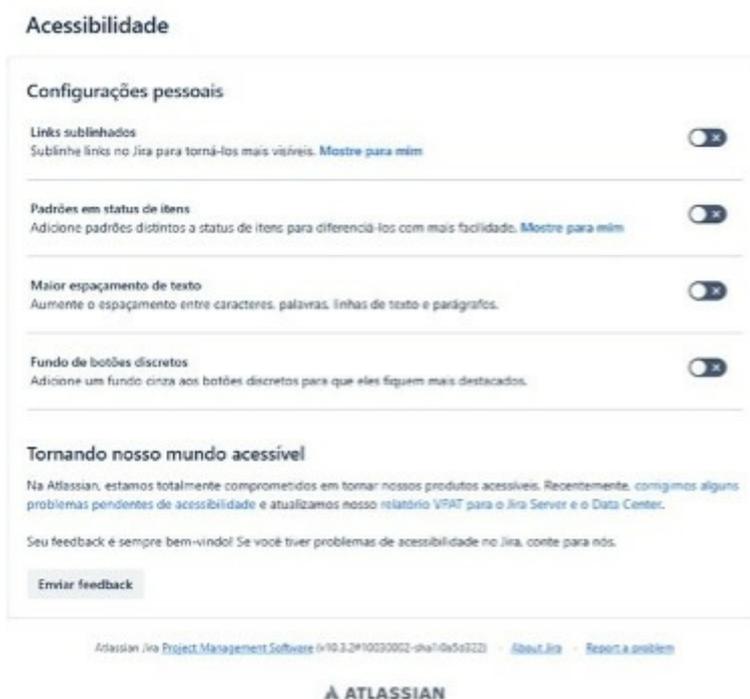


Imagem 3: tela acessibilidade

Audiodescrição: tela do mesmo software, porém, apresenta informações da seção intitulada "Acessibilidade". Nela, há várias opções de "Configurações pessoais" para melhorar a acessibilidade no Jira. As opções incluem:

- "Links sublinhados", com um botão de alternância para ativar ou desativar a função.
- "Padrões em status de itens", também com um botão de alternância.
- "Maior espaçamento de texto", com um botão de alternância.
- "Fundo de botões discretos", com um botão de alternância.

Cada opção tem uma breve descrição sobre sua funcionalidade. Abaixo dessas configurações, há uma seção chamada "Tornando nosso mundo acessível", que fala sobre o compromisso da Atlassian em melhorar a acessibilidade de seus produtos, mencionando correções recentes e atualizações no relatório VPAT. Há um botão para "Enviar feedback".

Na parte inferior da tela, há informações sobre a versão do software Atlassian Jira, links para "About Jira" e "Report a problem", e o logotipo da Atlassian

A versão 10.3.2 do Jira Data Center encontra-se em fase de homologação pela Sinaps e será implantada em produção em momento oportuno.

A Seção de Suporte Operacional (Sesop/Coinf/STI) realizou configuração de Infraestrutura para permitir a disponibilização de ferramentas aplicadas aos sites dos Portais do TSE/TRE e Justiça Eleitoral (<https://www.justicaeleitoral.jus.br>), ampliando e permitindo a inclusão e acessibilidade de colaboradores, servidores e cidadãos com deficiência visual e auditiva através da tradução em Libras e/ou voz dos sites em questão, com a implementação da ferramenta de solução de acessibilidade web descrita no item “V. Solução de Acessibilidade Web” deste relatório.

A Seção de Suporte a Aplicações (Sesap/Coinf/STI) e a Coordenadoria de Infraestrutura de TI (Coinf/STI) foram responsáveis pelo Contrato TSE nº 15/2024 (da ampliação da utilização da ferramenta Office 365 no TSE, a qual dispõe de funcionalidades que contribuem para a promoção da acessibilidade). Essas ferramentas garantem:

- Igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- Autonomia e segurança no uso de sistemas de informação e comunicação;
- e
- Conformidade com normas de acessibilidade, como as diretrizes do WCAG (Web Content Accessibility Guidelines).

Para melhor compreensão, são a seguir detalhadas as principais características técnicas:

a) Ferramentas de Acessibilidade no Microsoft 365

Leitor Imersivo: presente em aplicativos como Word, OneNote e Outlook, auxilia pessoas com dislexia ou outras dificuldades de leitura. Oferece funcionalidades como leitura em voz alta, ajuste de espaçamento, tamanho da fonte e cores de fundo.

Verificador de Acessibilidade: disponível em Word, Excel, PowerPoint e Outlook, identifica barreiras de acessibilidade em documentos, como falta de texto alternativo em imagens, problemas de contraste de cores e estrutura inadequada de tabelas.

Texto Alternativo: permite adicionar descrições a imagens, gráficos e outros elementos visuais, facilitando a compreensão para usuários de leitores de tela.

b) Suporte a Leitores de Tela

O Office 365 é compatível com leitores de tela como JAWS, NVDA e o Narrator do Windows, permitindo que pessoas com deficiência visual naveguem e utilizem os aplicativos com eficiência.

Os aplicativos contam com atalhos de teclado e navegação simplificada, facilitando o uso sem a necessidade de mouse.

c) Recursos de Áudio e Vídeo

Legendas e Transcrições Automáticas: no Microsoft Teams (incluído no plano E5), é possível gerar legendas automáticas em tempo real durante reuniões, além de transcrições após o término, beneficiando pessoas com deficiência auditiva.

Controle de Áudio e Vídeo: oferece opções de ajuste de volume e qualidade de vídeo, melhorando a experiência de usuários com dificuldades auditivas ou

visuais.

d) Personalização Visual

Modo Escuro e Alto Contraste: disponíveis em todos os aplicativos do Office 365, ajudam usuários com sensibilidade à luz ou dificuldades visuais.

Ajuste de Tamanho de Texto e Zoom: permite ampliar o texto e ajustar o layout para melhorar a legibilidade.

e) Colaboração Acessível

Compartilhamento de Documentos com Acessibilidade: o SharePoint e o OneDrive permitem compartilhar documentos com funcionalidades de acessibilidade preservadas, garantindo que todos os colaboradores possam acessar e editar arquivos de forma inclusiva.

Comentários e Revisões Acessíveis: em Word e PowerPoint, é possível adicionar comentários e revisões que são acessíveis para leitores de tela.

XX - Secretaria de Polícia Judiciária (SPJ)

A atuação da SPJ em ações de acessibilidade se deu principalmente no atendimento a pessoas com deficiência e no apoio institucional aos eventos ocorridos no Tribunal.

Destaca-se a disponibilização de equipe de agentes da polícia judicial, vigilantes e brigadistas em 82 eventos que ocorreram em 2024, com a devida sensibilidade, atenção e orientação, com vistas a viabilizar o acesso e permanência de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida de forma inclusiva e zelando pela segurança e integridade física dos visitantes e convidados. Destacam-se, ainda, 113 atendimentos específicos no auxílio à locomoção de PcDs em visita ao Órgão.

XXI - Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP)

No âmbito da SGP, podem ser destacadas as seguintes ações para promoção da acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida no TSE:

A Seção de Registros Funcionais (Seref/Copes/SGP) tem intensificado a divulgação das informações contidas na Instrução Normativa TSE nº 11/ 2023, que dispõe sobre a atualização cadastral de aposentadas, de aposentados e de pensionistas no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral, bem como a possibilidade de efetivação do recadastramento e prova de vida pelos meios digitais, a fim de garantir a participação de todos os servidores inativos e pensionistas sem necessidade de deslocamento físico, quando assim preferirem.

Quanto à capacitação e desenvolvimento, a Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (Coede/SGP) deu apoio ao 3º Encontro Nacional de Acessibilidade da Justiça Eleitoral, viabilizando a contratação do grupo Street Cadeirante, além de promover Palestra interativa (PDG): Comunicação Organizacional Empática e Gestão das Diversidades: Práticas inclusivas e inovadoras.

Já a Seção de Atenção Social e Psicológica (Seasp/Cats/SGP) realizou, em 2024, 12 valiações orientadas pela ótica biopsicossocial. O trabalho foi realizado por equipe multiprofissional e interdisciplinar de saúde para definição do grau de deficiência, por meio do Instrumento de Funcionalidade Brasileiro voltado para a aposentadoria especial. Também promoveu o acompanhamento socioprofissional de servidores/as com deficiência pela Assistente Social, com a finalidade de verificar demandas e necessidades de acessibilidade - barreiras psicossociais, de comunicação e inclusão; saúde; condições de trabalho, produtividade saudável e autonomia. Foram realizados 57 acompanhamentos no ano.

Para conscientização sobre acessibilidade e direitos da PcD, a Seasp participou da Roda de Conversa sobre "Acessibilidade, Inclusão e Cidadania no

Ambiente de Trabalho", promovida pela CPAI/TSE. A assistente social da unidade falou sobre avaliação biopsicossocial, multiprofissional e interdisciplinar, realizada pela equipe de saúde, para definição do grau de deficiência de servidores/as com deficiência, para fins de direitos previstos nas legislações voltadas para esse público. Cabe mencionar que a Seasp é unidade representante da SGP como integrante da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do TSE.

Por fim, houve participação da assistente social como integrante da Comissão do TSE de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação (Copead/TSE), em capacitação voltada para a Linguagem Inclusiva - enfrentando a discriminação no ambiente de trabalho. Destaca-se, ainda, a participação da servidora no Encontro Nacional dos Direitos das Pessoas no âmbito Judicial, promovido pelo CNJ. O Encontro teve como temática central a avaliação, com base no modelo biopsicossocial, por meio de equipe multiprofissional e interdisciplinar, com a utilização do IFBrM - Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado, voltado para os direitos previstos em lei para servidores/as públicos com deficiência.

É o relatório.

DIOGO DO YBITI LOPES SILVEIRA
CHEFE DA SEÇÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL



Documento assinado eletronicamente em **06/03/2025, às 11:24**, horário oficial de Brasília, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).

DANIEL CARLOS LIMA CORRÊA
COORDENADOR(A) DE GESTÃO ESTRATÉGICA E SOCIOAMBIENTAL



Documento assinado eletronicamente em **06/03/2025, às 13:26**, horário oficial de Brasília, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).

SABRINA BEATRIZ RIBEIRO PEREIRA DA SILVA
SECRETÁRIO(A) DE MODERNIZAÇÃO, GESTÃO ESTRATÉGICA E SOCIOAMBIENTAL



Documento assinado eletronicamente em **06/03/2025, às 13:48**, horário oficial de Brasília, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida em https://sei.tse.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=3170818&crc=699B5F99, informando, caso não preenchido, o código verificador **3170818** e o código CRC **699B5F99**.

2024.00.000014811-0

Documento nº 3170818 v3

Documento nº 3170701 v2